



DA TEORIA À PRÁTICA: DISCUTINDO SOBRE O COTIDIANO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Danilo de Sousa Cezario

Universidade Federal de Campina Grande – danilomotos@hotmail.com

Maria Thaís de Oliveira Batista

Universidade Federal de Campina Grande – taholiveira.thais@gmail.com

Francisco Roberto Diniz Araújo

Universidade Nacional do Rosario – robertodinizaeemd@hotmail.com

Kaliane Kelly Batista

Universidade Federal de Campina Grande – kalyanekellybb@gmail.com

Resumo

O presente artigo discorre sobre os desafios enfrentados pelos profissionais da Educação de Jovens e Adultos (E.J.A.), enfocando sua contribuição para a formação do discente nesta modalidade de ensino. Objetiva-se primeiramente, fazer alusão as concepções de práticas de leitura e escrita no cotidiano desse público, valorizando as experiências sociais que surgem de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem. Quanto ao percurso metodológico foi realizado uma revisão bibliográfica em torno do tema. Nesse sentido, dialoga-se sobre a formação contínua como um viés para a autoavaliação do profissional dessa modalidade de ensino. Aborda ainda, as novas maneiras de se pensar a E.J.A. e, a qualificação de pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na idade apropriada. Assim, os aspectos ideológicos relativos à idade adulta e as questões da volta às salas de aula em busca não somente de uma certificação para o mercado de trabalho mas, para um desenvolvimento pessoal, intelectual, social e político que passe a refletir em seu cotidiano. Em suma, discute-se que é possível conciliar teoria e prática nos fazeres pedagógicos, percebendo que a apropriação do conhecimento é uma forma de melhor se expressar e interagir em sociedade e, reconhece as possibilidades de se atingir a excelência com um ensino de qualidade, considerando os saberes prévios dos sujeitos envolvidos no contexto educacional.

Palavras-Chave: Educação, E.J.A., Oportunidade, Qualificação.

Introdução

Ao tentarem compreender a complexidade da expressão Educação de Jovens e Adultos (EJA), teorias apontam discussões abrangentes que relatam como se desenvolveu o processo de letramento desse público no Brasil há quase 100 anos.

A partir da necessidade de qualificar indivíduos capazes de refletir, surgem as campanhas de alfabetização e escolarização para uma massa de trabalhadores fadada ao descaso.

Voltar à escola após o período de escolarização obrigatória em tempos-espacos de vida significa dar seguimento a um percurso interrompido durante a infância e/ou adolescência. Assim, com vistas a atender inúmeros jovens que não sabiam ler e escrever adequadamente, a EJA se direcionou, exclusivamente, para uma população excluída dos bens materiais e culturais produzidos.

O conhecimento da bagagem cognitiva de cada educando entre as fases da adolescência e adulta aparece como um viés direcionador para as práticas do educador dessa modalidade de ensino. A construção das estruturas mentais e o modo de reflexão implicam numa inter-relação entre os sujeitos participantes, considerando diferentes aspectos, competências e habilidades múltiplas. Educar sujeitos pensantes e de mente formada é uma tarefa árdua e complexa que abrange realidades distintas.

Nessa perspectiva, o estudo situa definições e conceitos da EJA, enfatizando a teoria sobre sua origem e evolução no cenário nacional, a importância da formação continuada do professor frente aos desafios do trabalho junto ao público jovem e, mais especificamente, as práticas de leitura e escrita no cotidiano de tal modalidade. Pretende-se, portanto, discorrer sobre o percurso trilhado pelos sujeitos da aprendizagem ante o seu desenvolvimento intelectual.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em torno do tema, de modo a dar maior ênfase à discussão atual da temática. A pesquisa bibliográfica é caracterizada “[...] pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno” (GONÇALVES, 2001, p.65).

Assim, a pesquisa bibliográfica possibilita um trabalho mais significativo e de qualidade, sem romper com os objetivos elaborados no início do processo, de modo a permitir outro olhar mediante um determinado objeto. Tem-se a possibilidade de compreender, de diferentes ângulos, as diferentes perspectivas de um grande número de pesquisadores do assunto e, conseqüentemente, fazendo com seja construído nosso próprio posicionamento diante do tema.

Esse tipo de pesquisa, segundo Gonçalves (2001), se refere ao momento em que o pesquisador faz um levantamento de boa parte do conhecimento

disponibilizado sobre o tema, de modo a possibilitar outras teorias elaboradas por diferentes autores, de diversos lugares do mundo. Logo, é possível analisar e avaliar as contribuições desses estudiosos no que tange à explicação do objeto de estudo.

A abordagem da temática foi impulsionada pela importância de se articular a educação formal e permanente, a educação não formal e a diversificação de saberes e habilidades presentes em uma sociedade educativa e multicultural. Desse modo, cabe destacar a bagagem de conhecimentos apresentada pela clientela da EJA e transformar a escola numa instituição que valorize os interesses e as expectativas dos sujeitos aprendentes.

No contexto atual, ao considerar que essa modalidade de ensino representa um desafio constante para os educadores e a comunidade escolar, pretende-se envolver escola, comunidade, família e a própria realidade dos discentes. Para a efetivação do estudo, serão visitados teóricos como Rodrigues e Esteves (1993), Soares (2004) e a LDB (1996). As contribuições desses estudos fornecem subsídios para a compreensão da trajetória da EJA, que conquistou espaço nos centros educacionais nos últimos anos.

A TEORIA SOBRE A ORIGEM E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Os primeiros registros que remetem aos trabalhos com a EJA no Brasil são do período da colonização com os jesuítas. Inicialmente, esse processo de escolarização estava voltado para a catequização dos índios, como uma maneira de “domesticá-los” e torná-los “civilizados” perante a “nova” sociedade que se instalava no Brasil.

Durante anos, o processo de escolarização de jovens e adultos sofreu inúmeras contribuições, além de ter havido contratempos que barraram seu crescimento. Constituída como uma oportunidade educativa para um longo segmento da população, a EJA tem uma história acompanhada por transformações econômicas e políticas sustentadas pelas relações de poder que acompanham a trajetória da educação em sua totalidade.

Mediante idas e vindas, a EJA tomou corpo com o passar dos anos, sendo vista por outros olhares. Contudo, foi somente durante os anos 1930 que a mobilização brasileira, em prol da educação abrangente, começou a ser discutida para toda a população, em que se consolidava um sistema público de educação elementar no país.

O crescente processo de industrialização e, conseqüentemente, o aumento da concentração populacional nos centros urbanos contribuíram para

que a oferta do ensino básico gratuito acolhesse setores sociais distintos. Em 1934, a EJA foi citada pela primeira vez em um documento oficial, quando a Constituição incluiu o ensino primário integral extensivo aos adultos.

Na década de 1940, esforços articulados pelo governo federal pretendiam estender o ensino elementar aos adultos. A efervescência política da redemocratização após o fim do governo de Vargas em 1945, o fim da Segunda Guerra Mundial e a urgência da Organização das Nações Unidas (ONU) em integrar os povos, visando à paz e à democracia, contribuíram para que a educação de adultos ganhasse destaque no cenário nacional.

Em seu cerne, essa percepção possuía interesses em aumentar as bases eleitorais, a integração dos imigrantes e a incrementação da produção que se estendia no território brasileiro. Durante a década de 1940, o lançamento de uma campanha estimulando a criação de uma infraestrutura para a EJA previa a alfabetização inicial em três meses e o término do curso primário em dois períodos de sete meses.

Logo após surgia a etapa de capacitação profissional e desenvolvimento comunitário, que permitiu a criação de várias escolas supletivas objetivando ao atendimento a essa clientela. Na década de 1950, a campanha teve seu término, por não obter êxito na zona rural. Assumida pelos estados e municípios, a rede de ensino supletivo sobreviveu às críticas, mas a consolidação de um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos se evidenciou por intermédio do educador Paulo Freire.

O pensamento pedagógico de Freire alicerçou os principais programas de alfabetização nos anos 1960. Engajados nesses ideais estavam católicos, estudantes, intelectuais e grupos populares que tiveram os movimentos extintos com o golpe militar de 1964. Surgiu, então, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que representou um dos maiores programas da ditadura militar.

De caráter autônomo, o Mobral difundiu-se por todo o Brasil, dando oportunidade para os discentes prosseguirem nos estudos por meio do Programa de Educação Integrada (PEI). Porém, com o decorrer do tempo, o programa entrou em descrédito, cedendo lugar à Fundação Educar em 1985. A trajetória percorrida até então parecia necessitar de um novo olhar que surgiria nos anos 1990 e perduraria nas décadas seguintes.

Desse modo, os anos de 1997 a 2002 representaram momentos cruciais para o Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) apoiar financeiramente estados e municípios, em se tratando de programas de ensino fundamental de jovens e adultos.

Durante essas mudanças, a Coordenação Geral de Educação de Jovens e Adultos (COEJA) se responsabilizou pela formação de professores para essa modalidade de ensino, fornecendo materiais didáticos como suporte. Hoje, a EJA é guiada pela LDB (9.394/96), em seu artigo 37:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

A EJA pretende acolher um público bastante misto e heterogêneo, com sexo, idade, conhecimentos e expectativas variadas. Importa considerar a identificação das origens dos problemas dos discentes, enxergando as possibilidades de superá-las. De fato, os direitos assegurados não garantem uma educação de qualidade se o sistema não investir adequadamente nas escolas e nos profissionais responsáveis pelo ensino.

PROFISSIONAL DA EJA FRENTE AO ATENDIMENTO DO PÚBLICO JOVEM

Considerando o professor como sujeito em construção, sabe-se que sua aprendizagem não atinge um ápice que o torna detentor do saber. A formação desse profissional é um processo contínuo, acontecendo permanentemente no seio das condições históricas onde vive. Não sendo estática, tampouco definitiva, essa realidade o coloca impaciente diante das indagações apresentadas pelos discentes.

A formação contínua para o educador da EJA, que lida diretamente com jovens, se torna essencial para a prática reflexiva que o faz progredir no fazer pedagógico. Essa concepção aponta para a ampliação de novas competências, ideais e conhecimentos referentes ao desenvolvimento sociocultural de tal clientela. Os docentes responsáveis pela produção do saber desse público específico se veem diante da necessidade de melhorar a qualidade de suas práticas.

Visto como parte integrante da comunidade escolar, esse profissional precisa participar da organização da escola, da articulação do currículo, da assistência pedagógica e das demais atividades desenvolvidas pelos sujeitos mediadores do saber. Assim, as

reciclagens e a capacitação de professores trazem resultados positivos para o educador e a instituição.

Por estabelecer um vínculo direto com o aluno, o professor formador de opiniões precisa ter objetivos claros da sua formação, a fim de conscientizar os alunos sobre a importância da apropriação de um saber sistematizado que contribua para a emancipação enquanto ser ativo, detentor de habilidades cognitivas e pensamento crítico. Para isso, é imprescindível pensar essa modalidade de ensino como um percurso amplificador de metas.

A partir dessa concepção, ensinar a quem já possui uma bagagem cultural se torna uma experiência complexa, pautada na racionalidade e no que dela advém. O encontro diário com diferentes pontos de vista concebe ao educador a oportunidade de se enriquecer enquanto mediador do conhecimento. É na sala de aula que a troca de saberes, seja formal ou cotidiana, confere aos sujeitos ali presentes a condição de assimilar o novo e aprimorar aquilo que já se sabe.

Na perspectiva de enfatizar a formação continuada como a oportunidade de proporcionar ao educador da EJA um desenvolvimento pessoal e de saberes, crenças e valores, comunga-se com o que asseveram Rodrigues e Esteves (1993, p.41):

A formação não se esgota na formação inicial, devendo prosseguir ao longo da carreira, de forma coerente e integrada, respondendo às necessidades de formação sentidas pelo próprio e às do sistema educativo, resultantes das mudanças sociais e/ou do próprio sistema de ensino.

Cabe aos cursos de formação inicial oferecer ao futuro professor um conhecimento autorreflexivo, mediante o qual perceba a importância da interatividade e da dialética como viés de condução para valorizar a atualização permanente. As mudanças constantes no ambiente escolar, nas teorias que guiam o ensino, no convívio social e no modo de reflexão de cada sujeito exigem uma autoavaliação constantemente realizada.

Nesse contexto de mudanças, a escola vista como um ambiente acolhedor de jovens e adultos também precisa repensar suas práticas a partir de projetos que incluam os agentes educativos que atuam no ambiente. Ciente de seu papel em sala de aula, o educador saberá lidar com os imprevistos e as contrariedades que tendem a surgir no dia a dia. Assim, ao receber suporte nos cursos de formação, ele traçará estratégias de adaptação e enfrentamento à realidade imposta.



A EFICÁCIA DA LEITURA E DA ESCRITA NO COTIDIANO DOS JOVENS: PORTAS PARA O MUNDO DO TRABALHO

A leitura e a escrita são ferramentas indispensáveis na vida de qualquer indivíduo que vive em sociedade. Por isso, na EJA, a busca pela apropriação dessas habilidades se torna tão necessária e precisa no cotidiano do jovem aprendiz. Sabe-se que, assim como acontece em algumas classes de ensino regular, na EJA, as práticas de leitura e interpretação são, muitas vezes, calcadas na reprodução, dispensando a criatividade.

Para que haja aprendizagem, a relação entre professor e aluno deve estabelecer um elo de confiança, respeito e disponibilidade para ouvir as convicções do outro. Dessa forma, a leitura que o sujeito faz do mundo, compreendendo o seu contexto e vinculando linguagem e realidade, precisa ser considerada em sala de aula, de modo a ampliar a visão holística dos educandos.

A generalização do aprendizado da leitura e da escrita vai além do ambiente educativo, pois os discentes da EJA trazem relatos de práticas da vida cotidiana. Ao chegarem à escola, os jovens e adultos já leem materiais não programados como jornais, revistas, produtos de supermercado, receitas culinárias, bem como a própria leitura de sites de notícias cotidianamente— isso confere ao educador a possibilidade de ampliação do universo de atuação desses indivíduos.

Essa dimensão social do letramento como um instrumento de práticas de mudanças aponta para os dizeres de Soares (2004, p.74):

O uso de habilidades de leitura e escrita para o funcionamento e a participação adequada na sociedade, e para o sucesso pessoal, o letramento é considerado como um responsável por produzir resultados importantes: desenvolvimento cognitivo e econômico, mobilidade social, progresso profissional, cidadania.

Nesse sentido, o processo de leitura no ensino da EJA ultrapassa a decodificação de fonemas e grafemas, uma vez que é preciso mais do que conhecimento dos códigos, das letras, dos números – é necessário enfrentar um amplo conjunto de situações nas quais a leitura e a escrita se desdobram. Por isso, pode-se entender a leitura enquanto o esclarecimento analítico ou não de determinado fato, imagem ou produção escrita. O

indivíduo letrado se liberta da ingenuidade que o coloca à margem da sociedade.

Dessa forma, a aprendizagem da leitura e da escrita envolvem inúmeras características, sendo necessária uma relação prazerosa entre os sujeitos da aprendizagem, para a efetivação do objetivo proposto. O letramento também é um processo político que promove a cidadania, a autonomia e a participação do sujeito na vida social, isto é, cada ser humano está apto a aprender e a se desenvolver.

Considerações Finais

A essas inquietações, o encontro com o aprendizado representa a conquista do sonho, a superação dos obstáculos e a promoção do saber oriundo de uma necessidade múltipla de inserção social. É preciso compreender que educar num mundo onde a leitura é parte constituinte do dia a dia dos indivíduos e das suas decisões é uma atitude suprema e motivadora.

Nesses termos, o ensino para jovens e adultos merece uma atenção específica a partir da seleção de seus currículos e das propostas que visam à melhoria. É preciso acabar com a evasão escolar incentivando essa clientela a se despertar para a permanência na escola, tendo em vista a concorrência no mercado de trabalho e nas demais posições que as relações sociais lhe conferem.

O público da EJA merece considerações cuidadosas, calcadas na incorporação de novas metodologias e noções de crescimento pessoal. A evolução humana exige do indivíduo uma visão do contexto social de acordo com a realidade imposta; por isso, a individualidade de cada um deve ser pensada especificamente, visando à vivência na coletividade.

A história da evolução da EJA no Brasil mostrou o difícil caminho trilhado pelos defensores dessa ideia, dando ensinamentos do que ainda pode ser conquistado por esse público. Há muito a se propor, buscar e alcançar nessa modalidade de ensino; porém, os resultados alcançados até então esclarecem onde e como se deve melhorar.

Nos dias atuais, a inclusão de pessoas carentes de saber nos projetos de alfabetização tem levado a população a mudar o conceito sobre essa parcela da sociedade. Além da EJA, outros programas e iniciativas, como o Brasil Alfabetizado e Alfabetização Solidária, tencionam formar cidadãos que possam participar ativamente do mundo à sua volta.

É nesse entremeio que a educação acontece, desmistificando o preconceito e expondo a capacidade de cada discente no processo permanente

de aprender. Ninguém é detentor do conhecimento; apenas estudaram mais ou se capacitaram em determinada área para servir aos sedentos de aprendizagem. O mérito do educador está em conseguir oferecer aquilo que sabe mediante culturas, valores e experiências diversas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n 9394 de 20 de dezembro de 1996, Brasília.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática libertadora**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1996a.

_____. **Educação e mudança**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996b.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Centauro, 2001a.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001b.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversa sobre iniciação a pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001.

RODRIGUES, Ângela; ESTEVES, Manuela. **A análise de necessidades na formação de professores**. Porto: Porto Editora, 1993.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

TIBA, I. **Puberdade e Adolescência: desenvolvimento biopsicossocial**. São Paulo: Ágora, 1986.

VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. (Orgs.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Record, 1996.